



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Território Poder e Conflito

**Território e Universidade: aproximações possíveis e desafios
postos**

Tatiane Agostinho Martins ¹

Kleber Rodrigo Durat²

Resumo: O estudo da universidade como espaço de pertencimento e do conceito de território e de suas implicações leva ao questionamento de qual o papel desempenhado pela Universidade e por seus sujeitos na relação com o território a que pertence. Desta forma, este artigo tem por objetivo compreender como a Universidade, através de suas dimensões constitutivas, pode se apropriar do conceito de território, as possibilidades e os desafios. Refletimos sobre território e universidade pelo caminho da extensão e da pesquisa. Concluímos sobre a importância destas relações e ainda refletimos brevemente sobre a possibilidade da apropriação do conceito pela dimensão do ensino.

Palavras-chave: Território; Universidade; Extensão; Pesquisa.

Abstract: The study of the university as a space of belonging and the concept of territory and its implications leads to the questioning of the role played by the University and by its subjects in relation to the territory to which it belongs. In this way, this article aims to understand how the University, through its constitutive dimensions, can appropriate the concept of territory, the possibilities and the challenges. We reflect on territory and university along the path of extension and research. We conclude on the importance of these relations and we briefly reflect on the possibility of the appropriation of the concept by the dimension of teaching.

Keywords: Territory; University; Extension; Research.

¹ Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Cornélio Procópio, mestre em Serviço Social e Políticas Social pela Universidade Estadual de Londrina, doutoranda pelo mesmo programa. tatianemartins@utfpr.edu.br

² Assistente Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Francisco Beltrão, mestre em Serviço Social e doutorando em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e-mail: kdurat@utfpr.edu.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1 INTRODUÇÃO

A Universidade brasileira, tardiamente desenvolvida, se configurou nos seus primeiros anos como espaço de formação das elites, tanto econômicas, quanto intelectuais. A educação e a escola são espaços em disputa, e a Universidade não foge a este padrão. Como espaço em disputa, a Universidade pode ser reforçadora do *status quo* ou pode cumprir um papel transformador, de mudança.

O estudo da universidade como espaço de pertencimento e do conceito de território e de suas implicações para a gestão das políticas públicas leva ao questionamento de qual o papel desempenhado pela Universidade e por seus sujeitos na relação com o território a que pertence.

Universidade entendida como espaço de ensino, pesquisa e extensão, cumpre um papel social junto a comunidade, e é através principalmente da extensão que tal papel tem mais caminhos e possibilidades de se efetivar.

A educação, e a educação superior efetivada nas universidades, é direito social e como tal só impacta na vida do sujeito com a garantia de sua efetivação. Dirce Koga, em seu livro *Medidas de Cidades*, nos lembra que o “o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar.” (p. 33, 2003).

A mesma autora, em outra obra³, refletindo sobre a educação e em especial sobre a educação superior pondera que a mercantilização deste direito implica diretamente em perda de direitos para a vida das pessoas, dado o caráter potencialmente transformador da educação (2017, p. 70). Koga nos mostra que um desafio posto a educação na atualidade é retomar sua condição de busca por universalidade, e pontua que “a educação, concebida como bem pública, direito do cidadão, sob a primazia da responsabilidade do Estado, está a exigir vigorosa retomada dos preceitos universalistas, de modo a assegurar o acesso a instrumentos básicos e imprescindíveis para o exercício da cidadania”.

³ KOGGA in RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral, CORDEIRO, Sandra Maria Almeida, PASTOR, Marcia. *Gestão de Políticas Sociais*. Londrina. EDUEL. 2017.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Os trabalhadores da política de educação devem planejar e pautar suas ações considerando a educação como parte de um projeto de desenvolvimento de sociedade, de caráter emancipador e potencialmente transformador. Nesta perspectiva, a educação beneficia-se da apropriação do conceito de território como possibilidade para retornar a sociedade, com responsabilidade e respeito, os investimentos que dele recebe, tratando de cumprir seu compromisso social.

Posto tais desafios, buscamos compreender como a Universidade, através de suas dimensões constitutivas, pode se apropriar do conceito de território como perspectiva para suas ações, as possibilidades que hoje se configuram e os desafios que se apresentam.

2 Território e universidade: um caminho pela extensão universitária

A extensão nas universidades brasileiras, segundo Paula (2018, p. 5-6), foi a última dimensão da universidade a se desenvolver no Brasil e tal processo tem se dado de forma lenta e pouco efetiva, seja “por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo.”

Tal desenvolvimento vagaroso em uma universidade já tardia, como a brasileira, demarca uma forma de ser na educação superior universitária, fragmentada, com dimensões se não isoladas, pouco articuladas. Implica também em uma necessidade de desenvolvimento e estudo, que longe de estar esgotada, exige dos trabalhadores da educação a reflexão e busca constante por conhecimentos que permitam colaborar com o tal desenvolvimento.

A extensão universitária, junto com a pesquisa, mas em perspectivas distintas, cumpre o papel de remeter a Universidade de fato aos problemas sociais e questões práticas, principalmente das comunidades onde as instituições estão inseridas. A extensão, particularmente, nos lembra Paula (2018, p. 6):

“é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.”

Se deve reconhecer, de início nos estudos sobre educação e principalmente sobre educação superior universitária, que seu acesso é restrito à uma parcela ainda pequena da população brasileira, que os conhecimentos por ela produzidos respondem ainda de forma restrita às necessidades da população mais pobre e que mais necessita de desenvolvimento social. É necessária uma compreensão inicial que as comunidades e territórios onde as universidades estão inseridas tem pouco acesso aos conhecimentos e ao desenvolvimento que esta instituição tem o potencial de desenvolver.

Partindo destas compreensões preliminares, para cumprir um papel social através da extensão, a universidade pode se beneficiar da apropriação do conceito de Território e das possibilidades de tal conceito carrega para a própria compreensão de uma comunidade e de suas demandas e necessidades. Compreender o território onde está localizada é o primeiro passo, mas buscar compreender os territórios onde esteja presente, mesmo que não fisicamente, através das ações extensionistas, também se mostra de grande importância.

A extensão pode se desenvolver de diferentes maneiras de acordo com a vertente teórica a que estiver relacionada sua compreensão. Paula (2018, p. 9) nos mostra que a extensão universitária pode ser pensada a partir da vertente inglesa, que “expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo”, ou ainda a partir da matriz americana, que tem como princípio a “mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial”. Embora possuam perspectivas e possíveis objetivos bastantes distintos, ambas respondem a um momento do desenvolvimento capitalista.

Ao considerarmos a possível função social da universidade e sua responsabilidade para com a comunidade em geral, ambas as matrizes podem se beneficiar da compreensão de território para o desenvolvimento da extensão universitária.

A extensão no Brasil, historicamente passou por diferentes momentos constitutivos e hoje, em seu período pós reabertura política, se caracteriza, segundo Paula (2018, p. 19-20) pela emergência de três grandes novas demandas sendo “1) as decorrentes do avanço dos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços”.

A primeira demanda é nova como assunto da universidade, mas histórica no desenvolvimento das políticas públicas. Os movimentos sociais têm apresentando as pautas mais urgentes da população, buscando respostas para ela em diferentes segmentos da sociedade. É um fenômeno muito positivo que está alcançando a universidade através da extensão. A segunda demanda leva a questionar quem são tais “novos sujeitos” e como estão influenciando diretamente a universidade através da extensão? É facilmente observável que os sujeitos da diversidade (cultural, étnica, sexual, entre outros) estão cada vez mais presentes no interior da própria universidade, pela graduação, e pode-se inferir que estão pautando para as demais dimensões (extensão e pesquisa) novas demandas e questões que merecem estudo e atenção.

A compreensão de território, originada na Geografia, mas amplamente utilizada por diferentes linhas do conhecimento, pode ser realizada por diferentes vertentes. Milton Santos, geógrafo, compreende território a partir de seu uso, e os significados que tal uso constitui para o homem. Santos (2000, p. 96-97), conceitua território vivido:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o *chão* e mais a *população*, isto é, *uma identidade*, o fato e o *sentimento de pertencer* àquilo *que nos pertence*. O território é a base do trabalho, a residência, das *trocas materiais e espirituais e da vida*, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo entender que se está falando em território usado por uma dada população.

Como vivido e sentido, o território pode ser a base de compreensão de uma comunidade e de elaboração e construção de ações extensionistas que de fato respondam a realidade a que se propõe intervir. Além de ser uma base conceitual para a elaboração de ações, a compreensão do conceito de território e dos territórios em si mesmos também permitirá que a postura e a conduta do extensionista, seja ele professor, técnico administrativo ou estudante, reflita o devido respeito às vivências, experiências e expectativas da comunidade que vive no território não apenas como receptora de uma intervenção, mas como participante de um processo que é também educativo e formativo para todos os envolvidos.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Assim como a educação não é constituída por processos puramente objetivos, estando diretamente ligados às experiências vivenciadas pelos sujeitos no processo ensino-aprendizagem, também a compreensão do território e os usos do conceito para a extensão universitária devem levar em consideração que “o território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas etc” (Koga, p. 39, 2003).

Estar preparado para entender os alcances, as possibilidades, os limites que as ações extensionistas podem ter é um dos ganhos possíveis da aproximação ao conceito de território pode gerar para os envolvidos. O conceito em si, no entanto, não muda a conduta ou as posições dos agentes. Se o território não for também vivo, vivido, sentido e compreendido pelo extensionista pouco muda para a comunidade e o território.

As áreas temáticas da extensão, a saber: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura, respondem as necessidades e demandas postas pela sociedade para a universidade. As dimensões da universidade, e a extensão em especial cumprem para com a sociedade uma tarefa:

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação. (Paula, p. 20, 2018)

Desta forma, aproximar a extensão dos usos do conceito de território e das possibilidades que tal compreensão permite como ampliação de conhecimentos e da conexão com a sociedade é ao mesmo tempo, crescimento e desafio para os extensionistas.

3 Território e universidade: o caminho da pesquisa



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A Universidade brasileira cumpre papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais. Os investimentos governamentais, embora estejam diminuindo nos últimos anos, através dos órgãos de incentivo a pesquisa mantém, de modo geral, linhas para estudos com os mais diferentes objetivos.

Compreender a pesquisa como dimensão da universidade consiste em entender também suas contradições. Como espaço em que tudo pode ser pensado, estudado, a pesquisa universitária encontra alguns desafios para o seu desenvolvimento. Jankevicius (1995) aponta um interessante paradoxo:

A pesquisa científica apresenta um paradoxo curioso. Por um lado, ela é entendida como atividade prática, orientada para a busca de resultados socialmente significativos, inseparável da tecnologia e, portanto, faz parte dos recursos econômicos de uma nação. Por outro lado, ela é entendida como atividade cultural, visando à geração de novos conhecimentos em todas as áreas, mais voltada para as universidades do que para as indústrias e, portanto, faz parte do patrimônio cultural de uma nação. É óbvio que são os aspectos práticos e aplicados que mais atraem a atenção dos governantes e é para onde grandes recursos financeiros, públicos e privados, são canalizados. O paradoxo está no fato de que mesmo nos países mais desenvolvidos, o maior número de pesquisadores de alto nível se concentra nas universidades e é onde a pesquisa científica se instala e se desenvolve com maior intensidade, apesar da escassez de recursos. (p. 328)

Para a sua configuração, enquanto espaço formativo cabe, ainda, considerar as relações entre pesquisa, docência e formação universitárias, como também aponta Jankevicius (1995):

As atividades de pesquisa são indispensáveis aos professores universitários, sem as quais seriam meros repassadores de informações livrescas, de antemão ultrapassadas e que rapidamente se tornam inúteis com o avanço da fronteira do conhecimento. Portanto, mesmo que as atividades de pesquisa não tragam benefícios diretos e imediatos à comunidade, elas são atividades acadêmicas essenciais à comunidade, elas são atividades acadêmicas essenciais em uma universidade, para o bom desempenho de sua função privativa de ensino. (JANKEVICIUS, 1995,p. 330)

O professor qualifica sua ação docente na pesquisa, na extensão, no conhecimento e relação com a realidade, dinâmica e permeada de conflitos, e desta forma garante ao estudante um processo de aprendizagem baseado em conhecimentos sempre atuais.

Se consideramos, como já mencionado anteriormente, que a universidade pública tem uma responsabilidade social e cumpre um papel junta a sociedade, a pesquisa também



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

deve contribuir para a compreensão da sociedade, elaborando conhecimentos a partir da realidade e que possam colaborar para sua melhoria e desenvolvimento.

Na área da gestão das políticas sociais, por exemplo, as pesquisas realizadas a partir da perspectiva do conceito de território podem ser de grande importância para proporcionar novas formas de elaboração das políticas e ações a serem ofertadas para as comunidades, nos territórios.

Como exemplo podemos observar a pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina em colaboração com o Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo através do projeto PROCAD (CNPq e CAPES)⁴.

O estudo abrangeu três bairros do município de Londrina, em conjunturas e configurações diferentes, ouvindo diferentes sujeitos, e tendo como perspectiva o conceito de território, principalmente o de território vivido de Milton Santos. Este estudo também considerou as condições de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade dos sujeitos que vivem nos locais estudados, considerando que “a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território.” (Koga, p. 38, 2003)

A proximidade entre a gestão da política social de assistência social, no município de Londrina, e a Universidade Estadual de Londrina é exemplo da reflexão proposta, ao permitir que a produção de conhecimento da universidade contribua para a melhoria do atendimento a população. Koga pondera que:

Uma das marcas que se evidencia é a proximidade entre gestão e a universidade (...), por meio da participação de trabalhadores nos processos de formação em pós-graduação e eventos de pesquisa e extensão promovidos pela UEL, bom como na participação de pesquisadores e docentes da UEL nos processos de capacitação do SUAS, por exemplo. Nota-se que essa articulação se expressa nos temas dos trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica, artigos, dissertações e teses desenvolvidos na universidade, bom como na participação de estagiários da universidade nos espaços de gestão, envolvendo outras áreas além do Serviço Social. (2017, p. 180)

A partir desta experiência, que resultou na publicação do livro *Gestão de políticas sociais: território usado, intersetorialidade e participação*, podemos refletir sobre as

⁴Programa Nacional de Colaboração Acadêmica – PROCAD, parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A parceria aqui mencionada foi desenvolvida entre os anos de 2012 e 2017.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

possibilidades da pesquisa, em diferentes áreas do conhecimento, pela apropriação do conceito de território.

As pesquisas sobre os territórios e a partir deste conceito no ajudam a compreender a disputas e relações de poder presentes nestes espaços:

“diferentes grupos disputam formam o território, configurando uma determinada formação socioespacial em que estão presentes tanto o desenvolvimento do capitalismo em suas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais, quanto os movimentos cotidianos da vida que emergem deles.” (FAQUIM, LANZA e CORDEIRO, p. 25, in: RIZZOTTI, CORDEIRO e PASTOR, 2017)

Tendo tal compreensão é possível aos gestores de diferentes políticas públicas pensar sua gestão e planejar suas ações levando em consideração que o território é mais que a sua delimitação geográfica, que ele não é estático e isento de conflitos. Considerando a necessidade de ações interdisciplinares, os gestores devem ainda considerar que:

“O território, portanto, é expressão de múltiplas determinações sociais, inscrito na dinâmica da sociedade capitalista, em que se desenvolvem as relações sociais que materializam as expressões da questão social. Isso implica considerar que as relações antagônicas entre capital e trabalho se concretizam e se manifestam na apropriação/uso que se realiza do e no território. Ao ser assim revelado, o território é produto e produtor da correlação de forças sociais, que, sob diferentes projetos societários, se movem em disputas contínuas pelos bens e serviços, materializados sob a forma de políticas sociais.” (KONNO et al, 2017, p. 116)

Por ser constituído por múltiplas determinações, permeado pelos conflitos inerentes a sua composição, mas também repleto de potencialidades próprias das redes de solidariedade e pertencimento construídas pelos sujeitos, o território exige das políticas sociais, de seus gestores e trabalhadores, uma compreensão ampliada de sua configuração, o que se materializa em um desafio para o qual a dimensão da pesquisa na universidade pode ser grande colaboradora.

4 CONCLUSÃO

A compreensão do conceito de território e seus usos para além da geografia são um desafio e uma oportunidade para as demais áreas do conhecimento. Também se mostram



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

como fundamentais para as intervenções propostas pelas políticas sociais que tenham por objetivo de fato atender as comunidades de forma integrada.

A universidade, como instituição social que reflete a configuração da sociedade, sobre a sociedade e a partir da sociedade, tem neste contexto grandes possibilidades ao se apropriar do conceito de território, podendo contribuir para seu estudo, seu uso, e sua reconfiguração.

Na dimensão da extensão, espaço em que a universidade mais se abre para a comunidade, as ações devem ser pensadas não apenas a partir do que a universidade quer desenvolver, mas a partir das necessidades da comunidade, e para tanto é necessário conhecê-la, escutá-la, respeitando suas determinações próprias. Para isso, a apropriação do conceito de território pela extensão universitária se configura um caminho e um avanço no seu desenvolvimento.

Na dimensão da pesquisa, espaço que mais parece distante da comunidade, os objetos e objetivos desenvolvidos pelos pesquisadores são os mais variados possíveis. Nas áreas sociais, porém, pode-se considerar que de modo geral as pesquisas buscam contribuir com a compreensão de um determinado fenômeno social. Desta forma, os resultados das pesquisas podem servir para promover o debate e fundar as mudanças de que as comunidades necessitam. Neste contexto, as aproximações da pesquisa, principalmente nas áreas sociais, do conceito de território, território vivido, territorialização, permitirão um conhecimento com mais possibilidades de serem apropriados pela sociedade e servirem de base para as lutas sociais e comunitárias.

Na dimensão do ensino, embora não seja o objetivo principal desta reflexão, também se observa as possibilidades que a apropriação de tais conceitos pode gerar para além dos cursos de geografia, também para os cursos de Serviço Social, ciências sociais, saúde e educação. São inúmeras as possibilidades aos estudantes, docentes, pesquisadores e extensionistas que se abrem ao conhecimento e estudo deste campo do conhecimento.

Referências:

FAQUIM, Eeylvn Secco. LANZA, Liria Maria Bettiol. CORDEIRO, Sandra M. Almeida. **Os múltiplos usos dos/nos territórios londrinenses: aproximações acerca da categoria território usado.** In: RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. CORDEIRO, Sanda M. Almeida. PASTOR, Marcia. Gestão de políticas sociais: território usado, intersectorialidade e participação. Londrina. Eduel. 2017.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

JANKEVICIUS, José Vitor. A pesquisa científica e as funções da Universidade. Seminário Ciências Biológicas e da Saúde. v.16, n. 2, p. 328-330. Londrina. jun.1995. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/7056/6254>

KOGA, Dirce Harue Huono. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo. Cortez. 2003.

KOGA, Dirce Harue Huono. **Sentidos territoriais e os trabalhadores a política de assistência social: dinâmicas e práticas entre chãos e gestão.** In: RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. CORDEIRO, Sanda M. Almeida. PASTOR, Marcia. Gestão de políticas sociais: território usado, intersectorialidade e participação. Londrina. Eduel. 2017.

KONNO et al. **A intersectorialidade como estratégia de gestão nas políticas sociais: a articulação intersectorial em Londrina.** In: RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. CORDEIRO, Sanda M. Almeida. PASTOR, Marcia. Gestão de políticas sociais: território usado, intersectorialidade e participação. Londrina. Eduel. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência global.** 4. ed. Rio de Janeiro. Record. 2000.

PAULA, João Antônio. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: HISTÓRIA, CONCEITO E PROPOSTAS.** In: Interfaces - Revista de Extensão da UFMG. Belo Horizonte. v. 6. n. 1 jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/index>. Consultado em: 03/08/2018.